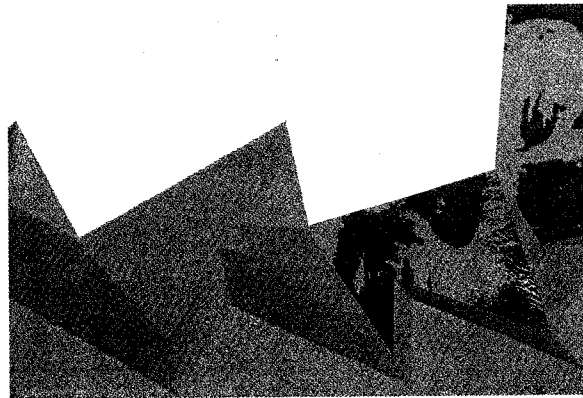


Desafios do Projeto Profissional de ruptura com o conservadorismo

Maria Beatriz Costa Abramides*



Resumo: O artigo refere-se aos desafios postos ao Projeto Profissional do Serviço Social brasileiro nos marcos do processo de ruptura com o conservadorismo, na primeira quadra século do XXI. As resistências do capital à sua própria crise estrutural, no mundo do trabalho, na esfera do Estado e no âmbito da cultura têm atingido brutalmente a classe que vive do seu trabalho, destruindo direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados. As expressões desta crise na conjuntura brasileira se acentuam com a consolidação do neoliberalismo no Brasil nos dois mandatos de FHC e de sua continuidade no governo Lula da Silva. Novos e complexos desafios se apresentam na perspectiva de reafirmar a direção sociopolítica do projeto profissional e de sua autonomia face a qualquer governo, tal qual o conquistamos nos últimos trinta anos.

Palavras-chave: Projeto Ético Político Profissional; processo de ruptura com o conservadorismo; direção sociopolítica.

* Doutora em Serviço Social. Professora da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP

Introdução

N o momento em que comemoramos os setenta anos do Serviço Social brasileiro, seu legado para futuras gerações, quero trazer ao debate alguns aspectos centrais do Projeto Ético Político do Serviço Social nos marcos de intenção de ruptura com o conservadorismo (Netto) e dos desafios postos à profissão e ao profissional nesta quadra histórica da realidade brasileira de quebra e destruição de direitos sociais e trabalhistas e do avanço do (neo)conservadorismo. Trata-se de uma reflexão a ser compartilhada com todos aqueles que construíram, constroem e lutam por esse projeto hegemônico, na perspectiva de garantir, ampliar e consolidar direitos no horizonte do projeto de emancipação humana.

Este projeto profissional se expressa na formação e no exercício profissional e tem como protagonistas professores, estudantes, assistentes sociais e sujeitos sociais de classe que vivem do seu trabalho e sofrem diretamente o aprofundamento das mazelas da “questão social” no atual momento da crise orgânica metabólica do capital em sua ofensiva internacional, que atinge e destrói direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados.

Este artigo tem por base a *direção sociopolítica*¹ do Projeto Ético Político Profissional — PEP do Serviço Social brasileiro, assim denominado a partir dos anos 1990. Sua gênese data do final dos anos 1970, no marco das grandes mobilizações da classe trabalhadora no país, e se constituiu no projeto hegemônico da profissão.²

O momento de inflexão deste projeto, fruto de lutas e conquistas no plano teórico-metodológico, acadêmico-pedagógico, político e de intervenção socio-profissional incide, em seu ponto de partida, na compreensão dos impasses e desafios à explicitação do Projeto Ético Político Profissional como *processo de ruptura* com o conservadorismo.³

1. A direção sociopolítica do projeto de formação profissional expressa o horizonte da profissão do ponto de vista de sua utilidade social (teleologia) vinculada à sua perspectiva projetiva estratégica (ontologia).

2. Referimo-nos ao projeto hegemônico da profissão no âmbito da renovação profissional (Iamamoto, 1992) na vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo (Netto, idem).

3. Netto analisa a perspectiva de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional, expressão do pensamento conservador (tradição positivista) a partir de suas referências teórico-metodológicas e ideológicas e de suas referências de intervenção socioprofissional (o reformismo conservador) (Netto, 1991; Yamamoto, 1992, 1998). A vertente de ruptura com o conservadorismo, na ambiência da renovação profes-

A análise sócio-histórica das conjunturas nacionais, vinculada aos diferenciados momentos de internacionalização do capital e seus desdobramentos nas conjunturas nacionais é decisiva para a apreensão do *processo de ruptura* com o conservadorismo no Serviço Social brasileiro.

O projeto profissional e as contradições nele contidas, fruto de determinações econômicas, sócio-históricas, ideológicas e culturais, se expressam na correlação de forças existentes entre as classes sociais em luta e os projetos societários, dominante e em disputa, na sociedade de classes na ordem burguesa consolidada do capitalismo contemporâneo.

O projeto profissional se vincula ao projeto societário emancipatório ancorado em instrumentos jurídicos, expressão das referências teórico-metodológicas e ético-políticas, que sustentam a *direção sociopolítica* do projeto de formação e exercício profissional que se encontra alicerçado nas determinações sócio-históricas da realidade.

Este entendimento parte dos fios condutores presentes e articuladores das duas dimensões do projeto hegemônico da profissão, objetivados pela utilidade social da profissão (teleologia)⁴ e fundação sócio-histórica (ontologia).⁵

Este artigo tem por objetivo apresentar alguns dos desafios contemporâneos postos à *direção sociopolítica* do Projeto Ético Político Profissional e contribuir para o enfrentamento necessário à manutenção da autonomia profissional que construímos e consolidamos, fruto de conquista teórica e ideológica que orienta o projeto de ruptura com o conservadorismo ao longo dos últimos trinta anos da profissão.

O projeto de profissão é compreendido aqui como um *processo de ruptura com o conservadorismo*: deita raízes na configuração de um *novo ethos profissional*

sional, é tributária do legado marxiano e da tradição marxista (Netto, 1991). "O conservadorismo não é assim apenas a continuidade e persistência no tempo de um conjunto de idéias constitutivas da herança intelectual europeia do século XIX, mas de idéias que, reinterpretadas, transmitem-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista. Isso aproxima os pensamentos conservador e racional, apesar de suas diferenças, como portadores de um mesmo projeto de classe para a sociedade" (Iamamoto, 1992: 23).

4. Teleologia ou prévia-ideação: "A construção, na consciência, do resultado provável de uma determinada ação" (Lessa, 1999: 22).

5. Ontologia: parte da filosofia que trata do ser enquanto ser. Referimo-nos à ontologia do ser social, correspondente à teoria social de Marx, que apresenta a produção social como momento predominante da vida dos homens.

nal, que amadurece teórica, acadêmica, política e eticamente, de forma coletiva, no meio profissional da categoria dos assistentes sociais. Tem, em suas formas organizativas, a referência histórica necessária desta maturidade sob a direção das entidades da categoria e dos estudantes de Serviço Social.

O período contemporâneo apresenta uma nova situação a ser enfrentada, e pode-se afirmar que é uma das mais duras que a categoria profissional já passou.

"A prova a que, nos marcos dessa conjuntura, já estão sendo e continuarão a sê-lo mais severamente nos próximos anos submetida àquelas vanguardas da categoria profissional. O que está (e estará cada vez mais) em jogo é a sua autonomia política para conduzir o denominado Projeto Ético Político que construíram para a profissão nos anos 1980 e 1990. Compreender o que está envolvido nesta prova supõe retomar componentes histórico-políticos muito expressivos da gênese e do desenvolvimento desse projeto profissional." (Netto, 2004: 22)

A década de 1990 confere maturidade teórica ao Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social brasileiro que, no legado marxiano e na tradição marxista, apresenta sua referência teórica hegemônica. Enfeixa um conjunto de leis e de regulamentações que dão sustentabilidade institucional, legal, ao *projeto de profissão nos marcos do processo de ruptura com o conservadorismo*:

- a) o Novo Código de Ética Profissional em 1993;
- b) a nova Lei de Regulamentação da Profissão em 1993;
- c) as Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social em 1996;
- d) as legislações sociais que referenciam o exercício profissional e vinculam-se à garantia de direitos como: o Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA de 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social — Loas de 1993, a Lei Orgânica da Saúde em 1990.

O projeto profissional como *processo de ruptura e sua direção sociopolítica* se assenta no quadro conjuntural do país a partir:

- a) das lutas sociais contra a ditadura militar e pela retomada da democracia e seus rebatimentos na esfera da vida social em meados dos anos 1970 até o final dos anos 1980;
- b) da implantação do neoliberalismo em 1989 com Collor de Mello e que ganha fôlego e consolidação nos dois mandatos de FHC (1994-1998 e 1999-2002) e de sua continuidade (inesperada) no governo Lula (2003-2006 e em seu segundo mandato iniciado em 2007);

c) na forma de a categoria profissional posicionar-se na luta contra o neoliberalismo em defesa do projeto profissional voltado aos interesses imediatos e históricos da classe que vive do seu trabalho.

Reafirmar a direção sociopolítica e a necessidade do balanço permanente do projeto profissional como processo de ruptura com o conservadorismo a partir de algumas problematizações e indagações configuram-se objeto deste artigo.

Este balanço tem sido realizado em diversas conjunturas pelas instâncias de organização da categoria profissional e estudantil e na produção acadêmica e teórica que exige neste momento conjuntural enfrentar novos desafios que se explicitam: no posicionamento teórico e ético político e de resistência da categoria profissional em defesa do projeto profissional de ruptura e de sua direção sociopolítica; no avanço teórico-filosófico que estabelece um novo patamar à profissão; na profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho e do profissional assistente social em sua condição de assalariamento, para manter as conquistas e avançar teórica e politicamente na formação e no exercício profissional, em um período de resistência das massas trabalhadoras contra a ofensiva do capital.

Para este debate é fundamental reconhecer, por um lado, o caráter ainda defensivo em que se encontra a organização da classe trabalhadora no Brasil face a avassaladora investida do capital, e por outro lado, pelo rumo assumido pela direção política majoritária do que se configurou como sindicalismo combativo, e que na década de 1990 expressa o abandono gradativo da perspectiva da luta pelo socialismo, na social-democratização do sindicalismo e na adoção de um sindicalismo estadista, a partir do governo Lula, assumido pelas posições políticas do campo majoritário da CUT. A concepção e a prática sindical adotadas ameaçam a autonomia e a independência de classe tão caros ao movimento social classista internacional e que se revigorou no país a partir de 1978 no chamado novo sindicalismo.

Deve se destacar que vivemos um momento de luta de resistência dos trabalhadores contra a “acumulação flexível” no mundo do trabalho, do neoliberalismo na esfera do Estado e do avanço do (neo)conservadorismo pela intitulada “pós-modernidade” na esfera da cultura. Nesta luta de resistência se inclui o projeto de ruptura profissional com o conservadorismo, reafirmado nas deliberações coletivas dos assistentes sociais e estudantes em seus fóruns de formação e execução profissional.

“O que estará no centro da polêmica profissional será a seguinte questão: manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica ou contê-la, modificá-la e revertê-la” (Netto, 1996: 117, grifo nosso).

Desenvolvimento

O artigo expõe um conjunto de idéias para reflexão e análises futuras, algumas das questões presentes nas diferentes angulações teórico-políticas e programáticas que coexistem no debate profissional e da adoção do projeto profissional como *processo de ruptura* com seus avanços imediatos e históricos, seus limites e desafios a partir da hegemonia teórica e política construída em seu interior e diante das diversas concepções em disputa presentes no campo de ruptura profissional com o conservadorismo.

Atento para o fato de que o projeto de ruptura não ocorre linearmente. Ao contrário, manifesta-se em movimentos diferenciados e apresenta interpretações distintas e não raro colidentes entre si e díspares entre suas dimensões teleológica e ontológica. Trata-se, portanto, de decifrar algumas das questões centrais de consolidação do processo de ruptura.

O projeto de profissão como *processo de ruptura* com o conservadorismo apresenta sua referência emblemática na ambiência sócio-histórica, ideológica e cultural do avanço das lutas sociais dos anos 1980, às quais a categoria profissional organizada esteve colada e vinculada organicamente. Neste momento refiro-me à organização político-sindical dos assistentes sociais no interior das lutas da classe trabalhadora, no interior do sindicalismo classista, autônomo e independente.

No *processo de ruptura* profissional com o conservadorismo indico algumas das muitas, complexas e difíceis questões que constituem desafios contemporâneos para o nosso projeto profissional coletivamente construído, fruto de conquista hegemônica das lutas travadas pela categoria profissional organizada. Outras questões e angulações são possíveis, e nesse sentido compreendo o debate e o combate teórico e político aqui apresentados como uma das fontes estimuladoras para o enfrentamento dos desafios postos na realidade social e, conseqüentemente, na realidade profissional.

A unidade teórico-metodológica e ético política profissional, construída nos últimos trinta anos no *processo de ruptura com o conservadorismo*, apresenta traços substantivos de continuidade, aí incluídas as diferentes interpretações que designamos como pluralismo.⁶

6. O pluralismo pode ser compreendido como um fenômeno social e político (teoria política) e como elemento na construção do conhecimento (epistemologia). O pluralismo apresenta sua degradação teórica no eclesismo; e sua degradação política no liberalismo (Netto, 1999: 96). A questão polêmica do pluralismo foi tratada diferentemente por Coutinho (1991: 5-7) e por Tonet (1996: 35-57).

- Avançar no debate, nos dilemas, desafios e perspectivas do projeto profissional de ruptura parte de acúmulos teóricos, analíticos e de indagações, a saber:
- dos fundamentos do Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social Brasileiro (centralidade do trabalho como categoria fundante do ser social, teleologia, ontologia do ser social, igualdade e liberdade em uma relação de indissociabilidade, emancipação humana);
 - das condições sócio-históricas que apresentam os elementos constitutivos da realidade social (cultura da crise: crise do capital e do capitalismo e suas respostas: acumulação flexível, neoliberalismo e a "pós-modernidade"; crise do Estado de bem-estar social; crise das sociedades pós-capitalistas; crise da esquerda, a perspectiva imediata e histórica da classe trabalhadora);
 - da contribuição do debate teórico e político de algumas das indagações presentes no debate contemporâneo do Serviço Social e de sua *direção sociopolítica* em um momento de resistência quanto às formas destrutivas da sociabilidade humana;
 - na direção da preservação e do avanço do *projeto profissional de ruptura* como processo de ruptura com o conservadorismo em sua finalidade social, voltada para os direitos sociais e conquistas históricas, e de sua articulação com o projeto societário de emancipação humana;
 - no debate e na contextualização da *direção sociopolítica* do projeto profissional na vertente de ruptura com o conservadorismo, no âmbito da renovação da profissão, que vincula o projeto profissional ao projeto societário emancipatório;
 - na contextualização e problematização do projeto profissional como processo de ruptura com o conservadorismo, que estabelece a necessária relação entre projeto profissional e projeto societário, aí contida a dimensão política das atividades socioprofissionais e a *direção sociopolítica* da profissão;
 - nas expressões organizativas da categoria profissional na esfera sindical por categoria profissional, até 1992, e na inserção dos assistentes sociais por ramo de atividade econômica a partir daí, que necessitam ser tematizadas na conjuntura atual;
 - na formação acadêmica e no exercício profissional que materializam as opções teórico-metodológicas e ético-políticas que conformam o processo de ruptura com o conservadorismo na profissão.

- na identificação das bases legais que orientam institucionalmente a profissão na década de 1990 e constituem o PEP — Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social Brasileiro: o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de n. 8662 de 7/6/1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996, circunscritas às condições sócio-históricas que possibilitam esse desenvolvimento progressivo no plano teórico, ético e ideopolítico;
- na conjuntura em que emerge o PEP, final dos anos 1970 e anos 1980, período em que se estabelece a *direção sociopolítica do projeto profissional*;
- nas bases teóricas fundantes do projeto profissional: a produção social e o trabalho em suas dimensões teleológica e ontológica, bem como as concepções políticas voltadas para o tema da democracia socialista, mediação necessária na relação entre projeto profissional e projeto societário;
- nas condições políticas dos anos 1980 e a vinculação da categoria profissional aos movimentos sociais que explicitam o fundamento da *direção sociopolítica* do projeto profissional;
- na gênese, evolução e desenvolvimento do *projeto de ruptura* como processo. A consolidação deste projeto se estrutura e tem como origem a organização político-sindical dos assistentes sociais pelas suas entidades: Apas e Sindicatos (plano estadual) e Ceneas/Anas (âmbito nacional) até 1992, a produção acadêmica; a organização na formação (Abepps) e o exercício profissional (Cress/CFESS), e na organização estudantil (Enesso) em que incidem avanços substantivos à dimensão profissional em sua utilidade social voltada para os interesses das classes trabalhadoras. Essas expressões organizativas são acompanhadas do amadurecimento teórico e da produção acadêmica no âmbito do legado marxiano e da tradição marxista;
- nos avanços teóricos e no surgimento do PEP — Projeto Ético Político Profissional na década de 1990, em uma conjuntura internacional marcada por um quadro de crises com desdobramentos para a América Latina, aí incluído o Brasil.

Esses processos ocorrem nos marcos das crises macroestruturais do capital no plano internacional: a crise do capital e do capitalismo (crise do binômio fordismo-taylorismo) na crise do Estado de bem-estar social e os elementos cons-

titutivos de ofensiva da resposta do capital à sua própria crise, consubstanciados no binômio acumulação flexível-neoliberalismo e seus desdobramentos na esfera da cultura, a denominada “pós-modernidade”.

As crises macroestruturais da década de 1980 incidem no processo regressivo das classes trabalhadoras, na passagem dos anos 1980 e na década de 1990. Eclodem outras crises, respectivamente: a dos países pós-capitalistas e a da esquerda e seu rebatimento no movimento classista dos trabalhadores, que têm uma forte influência nas novas determinações e reorganização das massas trabalhadoras a partir de meados da primeira década do século XXI. Trata-se de configurar os impasses e desafios para a perspectiva histórica da classe que vive do seu trabalho do ponto de vista da perspectiva de classe e de sua relação com o *processo de ruptura profissional*.

Identificar o processo de reestruturação do capital, na particularidade do caso brasileiro, por meio da acumulação flexível, pressupõe localizar no mundo do trabalho seus rebatimentos para a classe que vive do seu serviço: desemprego estrutural, redução de postos de trabalho, ampliação da ocupação informal, sem carteira de trabalho assinada, trabalho temporário, parcial, permanência da exploração do trabalho infantil, trabalho feminino precarizado e desigual, tendências para recompor a queda da taxa de lucro no aumento da superexploração da força de trabalho humano (mais-valia relativa e absoluta), no processo em que se vinculam economias nacionais e internacionais na divisão internacional do trabalho.

Na esfera do Estado, tem-se a implantação do neoliberalismo (Collor de Mello), sua consolidação (FHC em seus dois mandatos) e sua inesperada continuidade (no governo Lula da Silva, no primeiro mandato e no segundo, já em curso). Neste processo implantam-se as contra-reformas do Estado, do ensino superior, previdenciária, sindical e trabalhista com rebatimentos daí advindos na destruição de direitos sociais e trabalhistas, privatizações, desresponsabilização do Estado frente às políticas públicas, consubstanciando o “Estado máximo para o capital e o Estado mínimo para os trabalhadores”.

A orientação teórica da chamada “pós-modernidade” se assenta no neopositivismo, na fragmentação do conhecimento, no empiricismo, em microanálises rasteiras e a-históricas da realidade. Expressa um (neo)conservadorismo, refuncionalizado, em que formas diferenciadas se apresentam: racionalistas e irracionistas, ambas, porém, se contrapõem às teorias estruturantes, macro-históricas, tanto em relação às teorias da razão moderna (iluminismo) quanto à teoria do ser social (totalidade da vida social) do legado marxiano e da tradição marxista (orientadora de nosso projeto profissional).

Portanto, “o atual quadro sócio-histórico não se reduz a um pano de fundo para depois discutir o Serviço Social. Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional, afeta suas relações de trabalho, assim como afeta as condições de vida da população usuária dos serviços sociais” (Iamamoto, 1998: 57).

Substantivamente, esta análise, na esfera do mundo do trabalho, na esfera do Estado e na esfera da cultura, apresenta desafios para a formação e o exercício profissional do ponto de vista da defesa do projeto profissional com *direção sociopolítica* historicamente construída e consolidada nos marcos do *processo de ruptura*.

Os anos 1990 e mais da metade da primeira década dos anos 2000 configuram como o período de maturidade teórica do *processo de ruptura profissional*; nas determinações sócio-históricas; nas polémicas presentes no debate e atuação profissional no sentido de dar continuidade à *direção sociopolítica* construída coletivamente pela categoria profissional, fruto de um processo de conquista de hegemonia e que se apresenta com novos desafios a serem enfrentados:

- a) a esfera da institucionalidade e a política de conciliação de classes do PT, e de continuidade ao projeto neoliberal de interesse do capital. Paralelo à trajetória histórica foi acompanhada por expressivas vanguardas e direções do movimento organizativo sociopolítico e profissional dos assistentes sociais;
- b) a política de conciliação de classes da posição majoritária da CUT nos anos 1990 e da CUT estadista a partir dos primeiros anos do século XXI;
- c) os desafios à *direção sociopolítica* do PEP na década de 1990 e mais da metade da primeira década dos anos 2000: a transitoriedade inconclusa na organização sindical da categoria; as diretrizes curriculares e o projeto de formação acadêmico-profissional; polémicas teóricas no interior do campo marxista, as contra-reformas do ensino superior e seu rebatimento na formação acadêmico-profissional; as contra-reformas previdenciária, sindical e trabalhista e seus rebatimentos na profissão, no profissional e nas massas trabalhadoras com as quais atuamos; a organização no exercício profissional da categoria; as respostas ao neoliberalismo e a resistência ao (neo)conservadorismo.

O *balanço do processo de ruptura profissional* a ser por nós coletivamente realizado em um processo contínuo ocorre em um período de aniquilamento de direitos sociais e trabalhistas e de retração de políticas públicas para atender a

novos padrões de acumulação colocados pela estrutura orgânica metabólica destrutiva do capital (Mészáros, 2002).

O sentido deste texto é de contribuição para o debate na continuidade da *direção sociopolítica do projeto profissional como processo de ruptura* construído nos últimos trinta anos do Serviço Social brasileiro e que sofre um conjunto de inflexões em uma quadra histórica em que a classe trabalhadora se encontra na defensiva mediante a avassaladora ofensiva hegemônica do capital internacionalizado.

Para que o nosso projeto tenha futuro em sua perspectiva teórica, histórica, ética, ideopolítica e programática na formação e exercício profissional em seu horizonte imediato, em sua utilidade social (teleologia) e em sua dimensão histórica (ontológica) emancipatória é que este texto pretende dar sua contribuição com indagações polêmicas para a *direção sociopolítica* do Projeto Ético Político-Profissional do Serviço Social brasileiro que nos é legado nesta trajetória histórica de organização coletiva.

A título de indagações a partir dos desafios

- a) Os anos 1980 estabelecem a *direção sociopolítica* do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo. A década de 1990 estabelece as bases teórico-filosóficas (éticas) do projeto ético-político profissional de ruptura com o conservadorismo. Que elementos significativos, no quadro das crises estruturais, colocam para a *direção sociopolítica*, no processo profissional de ruptura com o conservadorismo, novas condições a serem enfrentadas nessa primeira década que transcorre no século XXI?
- b) De que maneira a orientação do projeto ético-político profissional nos anos 1990 desenvolve sua ação organizativa, prioritariamente, no marco da institucionalidade, conforme tendência majoritária dos movimentos sociais em um momento de priorização da democracia representativa (na esfera institucional), secundarizando a democracia direta da luta social?
- c) As duas mediações (ética e política) do projeto profissional se inter-relacionam, a partir das determinações da realidade, nas relações entre as classes e as lutas sociais travadas no período?
- d) As dimensões dos espaços sócio-ocupacionais na apreensão da profissão são sido tratadas teórica e praticamente, ou a atenção da profissão

esteve voltada, centralmente, para a política da assistência social, lateralizando as demais políticas em que a ação profissional se desenvolve?

- e) Como a categoria profissional dos assistentes sociais e o projeto ético-político profissional tem debatido e apresentado sua agenda política programática e de ação no sentido de contrapor-se à cultura que invade os sindicatos, os partidos, as universidades, os movimentos populares e sindicais na direção da adesão, conformismo, no sentido de contribuir profissionalmente para reversão deste quadro regressivo? Esta atuação tem ocorrido na esfera institucional dos espaços sócio-ocupacionais e na retomada das lutas sociais em relação às transformações no mundo do trabalho, à implementação e consolidação do projeto neoliberal e ao avanço do neoconservadorismo teórico pela pós-modernidade?

Diante desse conjunto de implicações sócio-históricas, ideopolíticas, organizativas, pergunto:

- a) Como têm se colocado nossa categoria profissional de forma permanente nas lutas sociais, posto que as pautas de nossos congressos da década de 1990, já entrando no século XXI, têm firmemente se colocado contra o neoliberalismo?
- b) Quais os desdobramentos práticos de política de ação desses compromissos coletivamente assumidos?
- c) Qual a contribuição teórica e político-organizativa na esfera profissional na direção de ruptura com a ordem burguesa, tal qual ontologicamente prescritos no Código de Ética e nas diretrizes curriculares de nosso projeto de formação acadêmico-profissional?
- d) Qual a vinculação das lutas da categoria com as lutas do conjunto da classe trabalhadora?
- e) A ação voltada para a democratização do Estado e a ilusão na democracia formal (expressa no politicismo) atingem nossa concepção e prática profissional?
- f) A transitoriedade inconclusa de nossa organização sindical marcada em momento de giro da CUT, para a superestrutura organizativa, em detrimento do sindicalismo de base, interferiu na dispersão da categoria profissional em seus espaços sócio-ocupacionais?
- g) A precarização das condições de trabalho, a retração de concursos públicos, a atomização da organização sindical exigem um novo debate

para enfrentar os novos e velhos desafios da organização sindical inconclusa dos assistentes sociais?

- h) A autonomia do projeto ético-político profissional como o construímos está ameaçada pela orientação governista ou tem se constituído no sentido de fortalecer a sua autonomia consolidada no processo de ruptura com o conservadorismo?

Os desafios postos ao profissional e à profissão, e não só a ela, expressam um conjunto de determinações que, para enfrentá-las, faz-se necessário compreendê-las, interpretá-las, polemizá-las em um debate contínuo. Este artigo se propõe como uma das inúmeras contribuições a esse processo, na ótica da totalidade, e pretende uma interlocução com outros debates e problematizações teórico-políticas e organizativas.

Considerações finais

Este artigo expôs de forma panorâmica alguns dos muitos desafios a serem enfrentados pela profissão e pelo profissional no âmbito da formação e do exercício profissional em um momento de hegemonia do grande capital. Esse conjunto de questões e preocupações na direção sociopolítica de nosso projeto profissional nos remete a aprofundamentos teóricos e posicionamentos políticos no âmbito da formação e do exercício profissional. Nos posicionamos neste processo contrários ao ensino à distância na graduação, aos cursos sequenciais de curta duração, na defesa de uma concepção de ensino universal, de qualidade, socialmente referenciado, de forma organizada e coletiva.

Certamente temos indícios significativos de contratendência a essa hegemonia do grande capital, que se expressam pelas lutas de resistência da classe que vive de seu trabalho das grandes massas de trabalhadores urbanos e rurais, inseridos ou não no mercado de trabalho.

Constrói-se no país, a partir de 2005, uma frente única de massas classista que pode interferir na base do movimento dos trabalhadores que ainda se encontram sob as direções que se transformaram em governistas. Acompanhar e se inserir no movimento da realidade em uma perspectiva de classes tem sido a referência do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo nos últimos trinta anos. A questão de fundo é a de manutenção da autonomia do projeto profissional frente a qualquer governo, partido e patronato. Fomos teórica e política-

mente capazes de nos posicionar contra o neoliberalismo do governo FHC. No XI CBAS em 2004, já sob o governo Lula, deliberamos mais uma vez contra o neoliberalismo e suas contra-reformas previdenciária, do ensino superior, sindical e trabalhista.

Em 2007 realiza-se o XII CBAS, cujo tema tratará dos desafios do Serviço Social para o enfrentamento da “questão social” na América Latina, em que mais uma vez está posta a luta pela autonomia e a independência de nossas entidades e da retomada de nossa inserção junto aos movimentos sociais classistas para que de fato possamos somar esforços na direção da garantia, ampliação e consolidação dos direitos sociais e trabalhistas em um momento de grave destruição da vida social.

“Porque mudou o rosto do timoneiro utilizado pelo capital parasitário-financeiro na condução do seu barco, não devemos nos equivocar parodiando o velho Drummond e o mesmo engano noutro retrato” (Netto, 2004: 25).

Abstract: This article refers to the challenges of Professional Project of Brazilian Social Service at the time of the breakthrough process against the conservatism on first quarter of the 21st century. The answers of the capital to its own structural crisis on the State and in labor and cultural world, has brutally impacted the class that lives of their work, destroying social and work rights, historically conquered. The effects of this crisis on Brazilian conjecture increase when the neoliberalism consolidated during the FHC's governments and was followed by Lula's governments. Newer and more complex confrontations has raised as a way to reaffirm the social-political direction of professional project and its autonomy no matter the government, just like we have been doing during the last thirty years.

Keywords: Ethical-political professional project, breakthrough process against the conservatism, social-political direction.

Bibliografia

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. O Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro. Tese (doutorado em Serviço Social) — Programa de Pós-Graduação PUC-SP, São Paulo, 2006.
- BRAZ, Marcelo. O Projeto Ético Político do Serviço brasileiro. O governo Lula e o Projeto Ético Político do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, n. 78. São Paulo, jul. 2004.

- COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: Dimensões teóricas e políticas. Ensino em Serviço Social: Pluralismo e formação profissional. *Cadernos Abess*, n. 4, São Paulo: Cortez, maio de 1991.
- IAMAMOTO, M. V. Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.
- LESSA, Sérgio. O processo de produção/reprodução social: Trabalho e Sociabilidade. In *Capacitação em Serviço Social e Política Social: Reprodução social, trabalho e serviço social*. Módulo II. Brasília: Cead/UnB/CFESS/Abepss, 1999.
- MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. A construção do Projeto Ético Político do Serviço Social e a crise contemporânea. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Brasília: Cead/UnB/Abepss/CFESS, Módulo 1, 1999.
- _____. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, n. 50. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. A conjuntura brasileira: O Brasil posto à prova. *Serviço Social & Sociedade*, n. 79, Especial 2004. São Paulo: Cortez, set. 2004.
- TONET, Ivo. O pluralismo metodológico: Um falso caminho. *Serviço Social & Sociedade*, n. 48. São Paulo: Cortez, 1996.